



NEWSLETTER 3/2020

APOIOS AOS MEMBROS DE ORGÃOS ESTATUTÁRIOS E TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ÂMBITO DA COVID-19 – ATUALIZAÇÃO

Outras Medidas de Proteção Social

No passado dia 07-05 foi publicado o Decreto-Lei n.º 20-C/2020 que veio estabelecer medidas excecionais de proteção social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

O referido diploma procedeu à adoção de diversas medidas de reforço na proteção social, nomeadamente, ao nível da proteção no desemprego, tendo criado ainda um regime especial de acesso ao rendimento social de inserção.

Além disso, introduziu importantes alterações ao regime da concessão do apoio extraordinário à redução de atividade dos trabalhadores independentes e membros de órgãos estatutários, procedendo à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.os 10-E/2020, de 24 de março, e 12-A/2020, de 6 de abril, pelas Leis n.ºs 4-A/2020, de 6 de abril, e 5/2020, de 10 de abril, e pelos Decretos-Leis n.ºs 14-F/2020, 18/2020, de 23 de abril, 20/2020, de 1 de maio, e 20-A/2020, de 6 de maio.

O Decreto-Lei 20-C/2020 procedeu ainda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março.

Vejamos com mais detalhe, as novidades do diploma, começando a nossa análise pelo atual regime do apoio extraordinário à redução de atividade económica dos trabalhadores independentes e dos membros dos órgãos estatutários (MOE).

Apoio aos membros dos órgãos estatutários

Passa a prever-se que podem aceder ao apoio à redução de atividade previsto no artigo 26.º do D.L 10-A/2020, de 13 de março, na sua atual redação, os gerentes de sociedades por quotas e membros de órgãos estatutários de fundações, associações ou cooperativas com funções equivalentes àquelas, que estejam exclusivamente



abrangidos pelo regime geral de segurança social nessa qualidade e desenvolvam essa atividade numa única entidade que tenha tido no ano anterior faturação comunicada através do E-fatura inferior a (euro) 80.000.

O apoio tem como limite mínimo 50% do valor do IAS, ou seja, € 219,40 e tem a duração de um mês, podendo ser prorrogável mensalmente até ao máximo de seis meses.

Por outro lado, passa a prever-se que nos casos em que o apoio tenha sido concedido com fundamento na paragem total da atividade (alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua atual redação, a concessão dos apoios depende da retoma da atividade no prazo de oito dias, caso a mesma tenha estado suspensa ou encerrada.

Diferimento do pagamento de contribuições

Estabelece-se ainda, no artigo 27.º, n.º 2 do mesmo diploma que no caso do apoio extraordinário aos gerentes, o diferimento do pagamento de contribuições devidas nos meses de março, abril e maio de 2020, é aplicável à entidade empregadora nos estritos termos dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, na sua redação atual, isto é, um terço do valor das contribuições é pago no mês em que é devido e os restantes dois terços pagos em prestações iguais e sucessivas nos meses de julho, agosto e setembro de 2020 ou nos meses de julho a dezembro de 2020, sem juros.

No caso de incumprimento por falta de pagamento das contribuições relativas ao mês de fevereiro (que deviam ter sido pagas em março), os trabalhadores independentes ou empregadores abrangidos pelo artigo 3.º do Decreto-Lei 10-F/2020, de 26 de março, mantêm o direito ao diferimento do pagamento de contribuições se procederem ao pagamento imediato do valor em falta acrescido dos juros de mora.

Medida extraordinária de incentivo à atividade profissional – trabalhadores independentes

O Decreto-Lei 20-C/2020, de 07 de maio aditou ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, o artigo 28.º A. Esta nova norma prevê a concessão de um apoio financeiro com duração de um mês, prorrogável mensalmente até um máximo de três meses, correspondente ao valor calculado nos termos do n.º 1 do artigo 162.º do Código Contributivo, com base na média da faturação comunicada para efeitos fiscais entre 1 de março de 2019 e 29 de



fevereiro de 2020, com a ponderação prevista n.º 8 do artigo 26.º do mesmo diploma, tendo como limite máximo metade do valor do IAS e mínimo correspondente ao menor valor de base de incidência contributiva mínima.

São abrangidos por este apoio:

- a) os trabalhadores independentes que tenham iniciado atividade há mais de 12 meses e não tenham registo de obrigação contributiva em pelo menos três meses seguidos ou seis interpolados há pelo menos doze meses.
- b) os trabalhadores independentes que tenham iniciado atividade há menos de 12 meses ou
- c) estejam isentos do pagamento de contribuições por força do disposto no artigo 157.º, n.º 1, alínea d) do Código Contributivo (contribuições devidas por força do rendimento relevante apurado seja inferior a € 20,00 no ano imediatamente anterior)

Importa sublinhar ainda que o pedido de concessão do apoio determina, a partir do mês seguinte ao da cessação do apoio, a produção de efeitos do enquadramento no regime dos trabalhadores independentes ou a cessação da isenção.

Como referimos, o diploma publicado em 07 de maio veio também criar medidas de apoio no âmbito da proteção social que chegam a um grupo mais alargado de pessoas, em particular as mais desfavorecidas socialmente.

Apoios nas situações de desproteção social

Foi ainda aditado o artigo 28.º B que prevê um apoio financeiro às pessoas que não se encontrem obrigatoriamente abrangidas por um regime de segurança social, nacional ou estrangeiro, e que declarem o início ou reinício de atividade independente junto da administração fiscal.

A atribuição deste apoio tem a duração máxima de dois meses, está sujeita à produção de efeitos do enquadramento no regime de segurança social dos trabalhadores independentes e implica a manutenção do exercício de atividade por um período mínimo de 24 meses após a cessação do pagamento da prestação.

O legislador estabeleceu um montante mínimo de prestação a conceder nestes casos, que corresponde a metade do montante do IAS (€ 219,40).



Salientamos ainda que a atribuição desta prestação obriga o trabalhador à declaração de início ou reinício de atividade independente junto da administração fiscal e à produção de efeitos do correspondente enquadramento no regime de segurança social dos trabalhadores independentes e da manutenção do exercício de atividade, por um período mínimo de 24 meses após a cessação do pagamento da prestação.

Por sua vez, a declaração de cessação de atividade antes de terminado o período identificado no número anterior determina a restituição dos valores das prestações pagas.

Medidas temporárias de reforço da proteção no desemprego

Como tivemos já oportunidade de referir na introdução desta nossa análise, o Decreto-Lei n.º 20-C/2020, de 07 de maio veio ainda estabelecer medidas temporárias de reforço da proteção no desemprego, nomeadamente, através de regras especiais em matéria de subsídio social de desemprego.

O subsídio social de desemprego constitui uma prestação em dinheiro atribuída ao beneficiário desempregado, para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego, quando este não reúna as condições para receber o subsídio de desemprego ou já tenha recebido a totalidade do subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente ao subsídio de desemprego).

Assim, e nos termos da norma do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20-C/2020, de 07 de maio, têm direito ao subsídio social de desemprego inicial os trabalhadores que tenham:

- a) 90 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego;
- b) 60 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, nos casos em que este tenha ocorrido por caducidade do contrato de trabalho a termo ou por denúncia do contrato de trabalho por iniciativa da entidade empregadora durante o período experimental.

O período de atribuição do subsídio social de desemprego inicial varia consoante as situações acima referidas e corresponde aos prazos abaixo indicados, independentemente da idade ou da carreira contributiva do trabalhador.



Assim, no caso de se tratar de trabalhador que reúna as condições previstas na alínea a), o período de concessão do subsídio corresponde a 90 dias. Por outro lado, se se tratar de trabalhador que se integre na previsão constante da alínea b) do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei 20-C/2020, de 07 de maio, o subsídio social de desemprego inicial será concedido pelo período de 60 dias.

A concessão deste apoio deve ser requerida até 30-06-2020 e não é cumulável com outras prestações sociais.

Rendimento social de inserção

O Decreto-Lei 20-C/2020, de 07 de maio veio também consagrar uma simplificação do procedimento de acesso ao rendimento social de inserção, prevendo-se agora que a respetiva atribuição não depende da celebração do contrato de inserção. O apoio deve ser requerido até 30-06-2020 e produz efeitos relativamente a requerimentos que tenham sido apresentados após 01-03-2020.

Este apoio não é também cumulável com outras prestações sociais e a respetiva atribuição será objeto de posterior verificação oficiosa da composição e rendimentos do agregado familiar dos beneficiários para efeitos de renovação ou cessação e, em resultado da mesma, à eventual revisão do valor da prestação ou à cessação da sua atribuição.

Conceição Soares | Sócia BCA

|| A presente comunicação contém informação de carácter geral e abstrato e não constitui prestação de serviços profissionais ou qualquer forma de aconselhamento jurídico pela Brochado Coelho & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL. Antes da prática de qualquer ato ou tomada de decisão que o possa afetar, deve aconselhar-se com um profissional qualificado. A Brochado Coelho & Associados não é responsável por quaisquer danos ou perdas sofridos pelos resultados que advenham de qualquer tomada de decisão baseada nesta comunicação ||